

**MEMÓRIA DA JUSTIÇA PARAIBANA: ORGANIZAÇÃO  
DOCUMENTAL E PERFIL HISTÓRICO DO DELITO E DO  
DETENTO DAS TRÊS PRIMEIRAS DÉCADAS DO  
SÉCULO XIX E NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE-PB**

**Roberval da Silva Santiago\***

**Palavra-Chave:** Documento e Processos Criminais.

## **Introdução**

Começamos com uma mea culpa, este texto não é propriamente um artigo convencional e, aproveitando o XIII Encontro Estadual da ANPUH. História e Historiografia: Entre o Nacional e Regional, sentimos a necessidade de publicar o nosso Relato de Experiência que tivemos na organização da documentação do Fórum Judicial Afonso Campos na cidade de Campina Grande, Paraíba

O Brasil, país federativo, atualmente, possui uma ampla e complexa rede de acervos documentais decorrentes do exercício da função executiva, legislativa, judiciária entre outras produzidas no âmbito da vida privada. Literalmente, boa parte da documentação produzida na esfera central, regional, municipal e doméstica, a contar do período colonial até então, precisa de uma cuidadosa atenção de organização e conservação..

O que se deve contar é que, a atenção e o cuidado com o patrimônio da memória nacional, necessariamente, se volta para a uma política de cooperação de ações coordenadas e esforços individuais juntos as técnicas e práticas de preservação de documentos e coleções temáticas nos mais diversos fundos de arquivos públicos e particulares espalhados pelo país.

Por sua vez, o descuido e o mínimo de dispersão desses fundos arquivados existentes, das mais diferentes esferas do setor público, devem ser visto sob a perspectiva diacronizada da formação histórica do Estado brasileiro e suas vicissitudes. As mesmas prerrogativas da falta de zelo se aplicam aos milhares de documentos produzidos no âmbito da vida privada.

Os documentos de natureza histórica tais como: iconografias, jornais, revistas livros, correspondências, mapas, artigos científicos, prontuários, processos criminais entre outros. Contudo, o que se tem observado é que boa parte desses documentos encontram-se envolto a um alto nível de deteriorização avançado e que precisam,

além de uma qualificada assepsia, necessitam também de um acompanhamento organizacional: *reconhecimento, identificação, reconhecimento, catalogação, classificação*, contando com a ajuda da *microfilmagem ou digitalização* (uso da fotografia digital). Enfim, trata-se de um conjunto de medidas com intuito de salvaguardá-los para que no futuro poderão vir a ser disponibilizados para toda sociedade de um modo geral

## **Relato de Experiência**

Considerando que cada vez mais o processo de globalização se acentua marcadamente ininterrupta junto ao alto fluxo de informação, as finalidades dos arquivos/acervos tendem a passarem por medidas de disponibilização no interesse da coleta de dados e aquisição de conhecimentos. Ação que implica que os acervos/documentos que não estiverem previamente organizados, no final das contas, também não disponibilizado, não acessível aos potenciais usuários, podem vir a se tornarem importantes fragmentos de memórias perdidas.

Ainda no que concerne ao relativo cuidado da organização documental, diante do novo contexto globalizado, a incipiente sociedade informacional brasileira, tanto no que diz respeito à disponibilização do acesso à informação quanto ao crédito de todos terem o acesso a sua aquisição, acabou por se transformar numa forma de direito de inclusão da cidadania previsto na Constituição Federal. Mas, a existência de fundos documentais não identificados, ou sem o adequado tratamento técnico, previstos pelas normas de conservação e preservação, implicações constantes na realidade da administração pública brasileira, ao fim, acaba representando uma séria ameaça à memória patrimonial da cidade, da região e do país. O que se pode fazer a respeito?

Daí decorre a preocupação de organização com os acervos locais.

Ao certo é que, com o advento das modernas tecnologias de reconhecimento, identificação, catalogação, recuperação e disponibilização da informação, a antiga visão de Arquivo, preserva e salvaguarda documentos, vem sendo paulatinamente renovada pelas novas propostas que procura situar a disponibilização dessas informações as mais variadas redes integradas e conectadas a outros sistemas com objetivos de garantir tanto o acesso do usuário junto à total garantia de liberdade de circulação das informações. Um bom exemplo desta ordem são os projetos memoriais expostos nos arquivos da Biblioteca Nacional, Fundação de Arquivo Nacional,

Fundação Getúlio Vargas, Fundação Joaquim Nabuco, entre outros suportes de Arquivos das mais diversas universidades espalhadas pelo país.

Mas no tocante ao Nordeste brasileiro, em particular, a cidade de Campina Grande, segunda metrópole do estado da Paraíba, cidade localizada a cento e vinte quilômetros da capital, João Pessoa, a coisa muda de figura. O certo é que boa parte da memória judiciária local vem passando por um conjunto de dificuldades no se refere à organização e preservação documental.

Fundada entre os anos de 1790 e expandida por volta de 1864, Campina Grande transformou-se rapidamente num grande empório algodoeiro do Brasil. Acompanhando a emergência do forte avanço de modernização que ocorreu nas grandes cidades brasileiras por volta da metade do século XX, a cidade acabou por acompanhar as diversas mudanças de natureza infraestrutural. Mas o mesmo processo de modernização, frente as mais diversas razões conjunturais, pouco atingiu o seio da administração pública, em particular, o poder judiciário.

A cidade cresceu, por sua vez, cresceu também a criminalidade conjugado aos problemas sociais. Problemas característicos das grandes cidades brasileiras em vias de desenvolvimento.

Historicamente, no Brasil, a justiça é bastante conhecida pelos seus problemas de: morosidade, bacharelismo elitista, falta de juízes, poucos funcionários, infraestrutura inadequadas, abuso de nepotismo, conluio de corrupção, entre outras mazelas. Acrescente a estes crônicos fatores, a falta de cuidado zelo para com a sua documentação. O fato é que, entre dezenas de galpões e porões insalubres, espalhados pelo país, encontra-se entulhados milhares de pilhas de documentos memoriais jogados a corrosão da intempérie.

O galpão abriga toda documentação produzida desde o início do século XVIII até a segunda metade do século XX. Há um grande volume de processos que se encontram empilhados em condições precárias, dentre eles estão: *testamentos, ações de liberdades, processos criminais, execuções trabalhistas, acidentes de trabalhos, reclamações de despejos, delitos de costumes, razões de fraudulências, reconhecimentos de paternidade, disposições matrimoniais, furtos qualificados, brigas de honra, violências passionais, inventários entre outros acervos documentais.*

Enfim, são milhares de documentos armazenados em pacotes e caixas num escuro galpão, cujas precárias condições de organização, manuseio e aclimatização, comprometem a longevidade memorial.

Afinal, é preciso compreender que sem memória não há identidade, não há povo nem tão pouco haverá nação.

O compromisso em organizar a documentação do Fórum Afonso Campos da cidade de Campina Grande começou com algumas iniciativas individuais de um grupo de professores e estudantes (graduação, mestrado e doutorado) ligados ao Curso de Licenciatura e Bacharelado em História e Geografia, Campus da Universidade Federal da Paraíba, atualmente, Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Com o decorrer do tempo, essas ações individuais ganharam corpo e sistematização através do *Projeto Fontes para História do Agreste Paraibano (1987-1989)* financiado pelo CNPq. A primazia desse esforço possibilitou a criação e a integração de outros novos projetos tais como: *Urbanização, Movimentos Sociais e Relações de Poder em Campina Grande (1990-1993)*, *Memorial Urbano de Campina Grande (1994-1995)*, também financiados pelo CNPq junto à parceria da Prefeitura Municipal de Campina Grande. Inicialmente, essas propostas foram elaboradas e executadas pelos professores Durval Muniz, Fábio Gutemberg, Gervácio Aranha, Luciano Mendonça, Antonio Clarindo, estudantes ligados à unidade acadêmica.

O certo é que o Galão Judicial Juiz Coriolano Ramalho Neto não foi projetado para se tornar um centro de arquivo documental tal quais as exigências passam pela organização que inclui higienização permanente, a aclimatação adequada seguida de pessoal qualificado. Ademais, a estrutura ambiental do galpão é um espaço que cuida da guarda todos os tipos de objeto que estão sob a tutela de pendência judicial.

No que concerne às dimensões dos problemas do poder judiciário nacional, em particular, o sistema carcerário, deve-se salientar que a área passa por freqüentes problemas do tipo: celas com superlotação, funcionário sem treinamento, carências de pessoal, crise salarial, descasos com os planos de cargos e carreiras, necessidade de modernização do aparelho de controle prisional, despreparo do encarceramento seletivo, a falta do acompanhamento penal, a falta de um sistema nacional interligado, etc.

Um exemplo no campo de pesquisa constatou que pouco se conhece sobre o perfil histórico tanto da natureza do delito quanto do tipo de detentos condenados pela justiça local. Ou seja, no caso da documentação do Fórum Afonso Campos, principalmente os Processos Criminais, além das precárias condições de organização em que se encontram os documentos, não houve ainda uma pesquisa voltada para identificar e mapear as formas de crimes que geraram o julgamento e a detenção dos criminosos; pelo menos aqueles criminosos condenados por volta das três Primeiras Décadas do Século XIX.

Em face dessas questões e, na busca de promover uma qualificada investigação desse problema, o líder do *Grupo de Pesquisa História, Ensino e*

*Estudos Culturais*, credenciado pelo CNPq, e também Coordenador do Projeto Memória da Justiça Paraibana, professor efetivo do Curso de Licenciatura e Bacharelado em História da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG - propõe um plano investigativo em conjunto com duas ações de trabalho: primeiro o de organização do acervo documental (higienização, identificação, catalogação e digitalização com a fotografia digital, para logo em seguida de gravar em DVD); segundo, o empreende uma pesquisa que analise os processos cíveis criminais com o objetivo de reconhecer, identificar, mapear, classificar o Perfil histórico do Delito e do Detento das Três Primeiras Décadas do Século XIX na cidade de Campina Grande-PB.

Todavia, não devemos esquecer que tanto a proposta de organização quanto a intenção da pesquisa está integrada ao *Projeto Memória da Justiça Paraibana: Organização, Catalogação, Preservação da Documentação Judiciária do Fórum Afonso Campos da Cidade de Campina Grande – PB*, junto a um convênio de parceria entre a UFCG e o Tribunal Superior de Justiça da Paraíba.

No ato da assinatura do convênio de parceria, datada no dia 25 agosto de 2005, ocorrido na cidade de João Pessoa, entre o Reitor da Universidade Federal de Campina Grande, Thompson Fernandez Mariz Fernandes, em conjunto com um grupo de docentes da Unidade Acadêmica de História e Geografia, o Diretor do Fórum Afonso Campos, o Juiz Ruy Jander, então Presidente do Tribunal de Justiça Paraibano, e o Desembargado Júlio Aurélio, ficou designado que, no âmbito da Unidade Acadêmica, fosse instituída uma Comissão Especial que ficaria encarregada de proceder às ações de continuidade do convênio.

A comissão formada pelos professores *Roberval da Silva Santiago* (coordenador do projeto), *Gervácio Aranha* e *Fábio Gutemberg* (in memória), ficou encarregada de promover o planejamento em face de etapas.

A execução do plano estabelecido pela comissão definiu três etapas de trabalhos: primeiro, haveria uma seleção de pesquisadores voluntários entre os alunos; segundo, todos receberiam aulas com estudos dirigidos; terceiro, todos receberiam treinamentos de técnicas paleográficas, manuseio com a câmera de fotografia e gravação digital (aula de campo).

Atendendo a exigência da seleção do pessoal, foi publicado um edital direcionado ao corpo discente. A seleção ocorreu no dia 24/02/2006, no Laboratório de Estudos Históricos e Geográficos da UAHG, entre 14:00 e 17:00 horas. Para efeitos de aprovação foram utilizados os seguintes critérios: melhor desempenho em

sala de aula, item comprovado com apresentação do histórico escolar atualizado, e entrevistas, junto à banca formada pelos membros da comissão. As questões de avaliação variaram sobre o interesse de pesquisa, linhas de abordagens, experiência e familiarização com manuseio de documentos. No final dessa primeira etapa, foram selecionados 15 alunos, sendo 10 aprovados e 5 classificados. Fato que se repetiu no final de 2007.

Semanas após a etapa de seleção, todos os alunos envolvidos foram convocados para apresentar-se na primeira reunião deliberada pela comissão, datada no dia 04 de abril de 2006. Na ocasião foi elaborado um pequeno calendário de encontros assinalando as sucessivas etapas de atividades.

Nas semanas posteriores o projeto passou as exigências da segunda etapa: estudos dirigidos e treinamentos técnicos. As aulas foram planejadas para leituras de textos relativos à familiarização de documentos, arquivados e manuseios. Seguido da aquisição do conhecimento de técnicas paleográficas. Na ocasião, as aulas foram ministradas pelo professor Luciano Mendonça. Nessa fase, estudos voltados para o campo pesquisa contaram com a participação dos professores Fábio Gutemberg e Gervácio Aranha. Os mini-cursos forma de introdução da prática de pesquisa de campo, limpeza e manuseios de documentos aconteceram no galpão onde se encontra a documentação do Fórum Afonso Campos.

Como parte dos estudos direcionados a organização de documentos e manuseios, foi debatido o livro de Ingrid Beck *Manual de Conservação de Documento. Estudos Técnicos*, editado, em 1985, pelo Ministério da Justiça e o Arquivo Nacional. Na semana posterior foi à vez do livro *Centro de Estudo de Demografia Histórica da América Latina. Paleografia e Fontes do Período Colonial Brasileiro – CEDHAL/USP*, editado, em 1986, pela Universidade de São Paulo. Enfim, boa parte desses estudos dirigidos recebeu a atenção do professor *Luciano Mendonça de Lima*, então pesquisador e conhecedor da documentação do Fórum Afonso Campos.

Não há dúvida que as aulas de campos foram de extrema relevância para a capacitação e treinamento dos pesquisadores voluntários. No final da segunda etapa, a comissão percebeu que os objetivos propostos foram alcançados: promover a familiarização dos pesquisadores junto à área de trabalho fazendo com que eles conhecessem a triste realidade em que se encontram a documentação, além de promover o gosto e a familiaridade com a pesquisa documentação local.

Complementando a terceira etapa, foi ministrado um breve treinamento para aquisição de técnicas de estudos paleográficos. Aulas também ministradas pelo

professor *Luciano Mendonça de Lima*, na sala do Laboratório de Estudos Histórico e Geográfico. Fato que ocorreu na respectiva unidade acadêmica no dia 03 de junho de 2006.

No final, a comissão do projeto reconheceu que este momento foi necessário no sentido de capacitar os envolvidos no que se refere à leitura e ao manuseio de manuscritos produzidos no século XVIII e no século XIX. Por fim, quanto ao treinamento de técnica de uso da câmera eletrônica, assim como o domínio da gravação digital, foi capacitado pelo professor *Paulo Almeida*, então professor do Departamento de Arte e Mídia da Universidade Federal de Campina Grande.

No final das contas, apesar dos pesquisadores voluntários terem sido devidamente preparados, contando com os esforços individuais, os alunos não poderá cair em campo devido à falta de apoio financeiro e de equipamento necessário. Empreendimentos que, de acordo com o convênio, ficaram sob a responsabilidade das instituições conveniadas (Universidade Federal de Campina Grande e o Superior Tribunal de Justiça da Paraíba). E com o tempo, o freqüente e sistemático argumento da falta de verba proferida pelas instituições não permitiu que o convênio saísse do papel.

Uma vez garantida à presença de dois estudantes-bolsistas à frente dos trabalhos de organização e pesquisa da documentação do Fórum Afonso Campos, partiu-se em busca dos equipamentos de apoio tecnológico e material de expedientes. Depois de muito esforço, através de doações e empréstimos, foi adquirida uma câmera digital, um computador acompanhado de um gravador de DVD (material emprestados pela Unidade Acadêmica), a equipe ficou instalada numa pequena sala do galpão do Fórum Afonso Campos.

O galpão judicial, secção do Fórum Afonso Campos, local onde se encontra toda documentação mencionada é um prédio que foi construído em 1998. As instalações da área que conta com trezentos metros de comprimento, cem de largura e seis metros de altura, e foi projetado, inicialmente, para atender a tutela judicial de pendências processuais. Como já mencionamos, na parte interior do prédio encontram-se os mais diversos objetos e equipamentos relativos às questões judiciais, enquanto a documentação encontra-se embalados no interior de caixas de papelão, centenas espalhadas pelo chão, e outras centenas empilhadas em estantes de aço desprotegidas e abertas a suscetibilidade da poeira e dos fungos.

A organização dos trabalhos em lócus, começou a surti no momento em que foi separada a documentação por ordem cronológica. O ato seguinte foi o de retirar a

sujeira mais densa dos documentos para logo em seguida organizá-lo e identificá-lo em fichas catalográficas.

Diante dessas dificuldades, continuo-se com os procedimentos planejados, quer dizer, simultâneo a limpeza, passamos a fotografar a documentação, para logo depois inserir as imagens e os dados no computador. Salvá-los em formato de DVD.

Devido ao alto nível de comprometimento em que se encontra a documentação, reconhecendo as fragilidades e os limites das ações que estão se procedendo, surgiu à oportunidade de tentar concorrer com um projeto de Produtividade em Pesquisa junto ao CNPq no ano de 2007. Plano que não foi aprovado.

À medida que as fases do projeto avançaram, nunca perdemos a esperança de que, no futuro próximo, além de promover uma promissora longevidade dos documentos do Fórum Afonso Campos, o Setor de Documentação e História Regional - SEDHIR – secção ligada a Unidade Acadêmica de História e Geografia da Universidade Federal de Campina Grande, poderá vir a disponibilizar toda às informações, integralmente gravadas em DVD, e possibilitar convênios e intercâmbios entre demais instituições do gênero.

Diante disso, apresentamos nossa proposta PIBIC em duas ações conjuntas: cuidar da organização documental do Fórum Afonso Campos da Cidade de Campina Grande – PB e simultaneamente, desenvolver a pesquisa em torno de mapear o perfil histórico do *Delito e do Detento das Três Primeiras Décadas do Século XIX na cidade de Campina Grande*.

Os ideais que promoveram a assinatura do convênio do *Projeto Memória da Justiça Paraibana: Organização, Catalogação, Preservação e Guarda da Documentação Judiciária do Fórum Afonso Campos da Cidade de Campina Grande*, entre a Universidade Federal de Campina Grande e o Tribunal de Justiça da Paraíba, objetivam, além de reconhecer, identificar, catalogar, classificar, gravar e o acervo documental existente no depósito do Fórum Afonso Campos, pesquisar os processos criminais no intuito mapear o perfil do delito e do detento das três primeiras décadas do século XIX na cidade de Campina Grande.

Todavia, o avanço dos desafios frente às etapas de trabalhos conjugada as intenções institucionais diferem muito das ações empreendidas. A rápida deterioração do acervo documental que se encontra no depósito judicial do Fórum Afonso Campos precisa, no mínimo, a curto prazo, de uma combinada ação de técnicas de limpeza, desinfestação e organização sistematizada ou, do contrário, tudo estará perdido.

É fato consensual que o cuidado com a preservação, o acompanhamento de pessoas qualificadas, o local devidamente climatizado e outros fatores similares, colaboram com a longevidade dos documentos. Todavia, continuamos a destacar, a situação organizacional dos documentos expostos no galpão judicial do Fórum Afonso Campos encontra-se sob as mais difíceis condições de “arquivamento”, uma vez que os documentos não estão devidamente identificados e catalogados. Enfim, as caixas ainda estão empilhadas e jogadas em condições precárias suscetíveis a deteriorização causado pelas traças, a poeira, etc.

Quanto à organização, não há dúvida quanto os esforços incipientes de medidas que vem sendo tomadas com objetivos de preservar todo acervo memorial que se encontram sob a guarda judicial do Galpão Juiz Coriolano Ramalho Neto.

Simultâneo a organização documental, a Pesquisa documental que busca mapear o perfil histórico do delito e do detento das primeiras décadas do século XIX na cidade de Campina Grande vem sendo coletada seguindo uma ordem de composição que prima pela identificação dos Processos Criminais relativos aos delitos de: *assalto, homicídio, agressões, crime de sedução, furto, calúnia, difamação, abuso de poder, estupro, adultério, atos de violências, brigas domésticas, insultos pessoais, negociatas de escravos entre outros delitos.*

Considerando a diversidade da proposta de trabalho, a qual se propõe atender os suportes metodológicos na perspectiva d História Social, ênfase para História de Cidades, e, nesse caso, ficando acertado que a abordagem das atividades seria dividida em duas fases simultâneas: Organização Documentação e Pesquisa Social.

No primeiro momento, o trabalho se voltou para a organização do acervo documental, simultâneo a isto, a pesquisar investigativa cuidou de identificar, reconhecer, estudar, catalogar e classificar o perfil histórico do delito e do tipo de detento que foram julgados nas três primeiras décadas do século XIX na cidade de Campina Grande.

Durante a pesquisa, já munido de informações, serão organizados encontros reuniões de estudos, debates abertos que possibilitem novas perspectivas de abordagens do tema. Por fim, assim como a nossa produção de textos acerca do assunto.

A pesquisa se propôs usar método gráfico-estatístico, análise comparativa, estudos associativos, coletas de dados e informações, usando fichas de cadastros, técnicas de informáticas, seleção de informações, estudos bibliográficos, participação em encontros temáticos, produção de sínteses interpretativas, etc.

Por fim, como mencionamos na introdução, o texto não é um arquivo do tipo convencional, mas um Relato de Experiência. Acreditamos que a intenção do nosso relato foi a difundir as ações que estão sendo desenvolvidas no interesse de salvaguardar o acervo patrimonial da justiça paraibana que se encontra no Fórum Afonso Campi na cidade de Campina Grande.